



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA  
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**O PAPA É POP**  
**O PAPADO DE FRANCISCO E A QUESTÃO DA DESIGUALDADE**

**DANIELA MIRANDA LUIZ**

Foz do Iguaçu  
2015

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA  
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**O PAPA É POP**  
O PAPADO DE FRANCISCO E A QUESTÃO DA DESIGUALDADE

**DANIELA MIRANDA LUIZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Ms. Rodrigo Cantu de Souza

Foz do Iguaçu  
2015

DANIELA MIRANDA LUIZ

**O PAPA É POP:**

O PAPADO DE FRANCISCO E A QUESTÃO DA DESIGUALDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Ms. Rodrigo Cantu de Souza  
UNILA

---

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Medeiros da Silva  
(UNILA)

---

Prof. Dr. Flavio Alfredo Gaitán  
(UNILA)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Dedico este trabalho a minha família pelo incentivo e esforço incondicional e a todos que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento acadêmico.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, professor Rodrigo Cantu de Souza pela oportunidade, por confiar e acreditar no meu potencial e por toda dedicação durante o desenvolvimento desse trabalho.

A minha mãe, meu pilar, que muito escutou minhas reclamações e com sábias palavras sempre diz o que preciso ouvir.

Ao meu pai, minha força, que me faz lembrar o tão importante é ter uma família que te apoia e te ama incondicionalmente.

Aos meus irmãos por caminhar sempre ao meu lado.

Aos meus amigos pela paciência, companheirismo e principalmente por toda motivação, a qual foi essencial para nunca desistir.

Nós vivemos na parte do mundo mais desigual.  
A distribuição desigual de bens continua,  
criando uma situação de pecado social que  
clama ao céu e limita as possibilidades de uma  
vida mais plena para muitos de nossos irmãos.

*Papa Francisco*

LUIZ, Daniela Miranda. **O Papa é Pop: O Papado de Francisco e a Questão da Desigualdade**. 2015. Número de páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

## RESUMO

O Sumo Pontífice Francisco tem ganhado destaque na mídia no mundo todo, devido principalmente, às suas críticas ao sistema econômico mundial e sua preocupação com a exclusão social e a desigualdade social. Este estudo objetivou descrever o posicionamento da igreja frente à questão social, com enfoque no papado de Francisco. Com base em pesquisas bibliográficas o trabalho relata de maneira sucinta a postura da igreja com relação à condição dos pobres, desde a idade média até os dias atuais. Visando expressar a importância do papa no âmbito doutrinal, sem esquecer a contextualização histórica em que cada papa apresentado está inserido. Utilizando de documentos importantes para igreja como as encíclicas, conclui-se que a igreja - desde Leão XIII (1878), com a elaboração da doutrina social da igreja, passando por Pio XI o grande papa da ação católica com suas críticas ao regime socialista condenando o comunismo e o nazismo, terminando com Francisco e sua opção pelos pobres, que vai além ao associar pensamento social da igreja com a questão ambiental em sua encíclica *Laudato si* -, vêm lutando por uma sociedade mais igualitária, chamando a atenção para os problemas do capitalismo mundial contemporâneo.

**Palavras-chave:** Pobre. Desigualdade. Igreja. Papa. Encíclica.

LUIZ, Daniela Miranda. **The Pope is Pop: Pope Francis and the Inequality Issue.** 2015. Número de páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

### **ABSTRACT**

The Pope Francis has gained prominence in the media all over the world, principally due to his critics to the economic world system and his concerns about social exclusion and social inequality. This working paper aims to describe the church position about the social issue, especially in Pope Francis period. Based on specialized researches it will be reported in a short way, the church's position about the poor's reality, since middle age until nowadays. Aiming at express the importance of the pope to the doctrinal scope, without leaving the historic contextualization behind of each pope here presented. Using important data to the church as the encyclical, we conclude that the church – since Leo XIII (1878), with the creation of the social church doctrine, passing by Pius XI, the great pope of the catholic action with his critics to the socialism regime condemning the communism and the Nazism, finishing it with Francis and his option for the poor that goes beyond when he associates the social thought of the church to the environment issue in his encyclical *Laudato si* -, that comes fighting for a society more equal, drawing attention to the problems of contemporary world capitalism.

**Key Words:** Poor. Inequality. Church. Pope. Encyclical.



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 A QUESTÃO SOCIAL E SUAS FACES NA HISTÓRIA</b>	<b>11</b>
2.1 A QUESTÃO SOCIAL	11
2.1.1 Causas	13
2.1.2 Relações com o Crescimento	14
2.2 A DESIGUALDADE NO MUNDO	15
<b>3 O PENSAMENTO SOCIAL DA IGREJA</b>	<b>21</b>
3.1 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL DA IGREJA	23
3.2 PARTIDOS E SINDICATOS CRISTÃOS	26
<b>4 A DESIGUALDADE SOCIAL E O PAPADO DE FRANCISCO</b>	<b>30</b>
4.1 PAPA FRANCISCO	30
4.2 EVANGELII GAUDIUM	30
4.3 ENCÍCLICA LAUDATO SI	35
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a Idade Média, a situação dos pobres era pouco questionada, pois se acreditava que os pobres foram criados por Deus e não se tratava de um problema social. Com o passar dos séculos a discussão sobre a questão social ganha seu espaço, principalmente ao estudar os fatores responsáveis pelo crescimento da desigualdade.

Somente no final do século XIX, o momento em que o mundo se encontra desfavorável à igreja, esta toma consciência da questão social. Para isso, foi primordial o papado de Leão XIII considerado o criador da doutrina social da igreja. Neste ambiente são criadas as encíclicas com o objetivo de projetar o tradicionalismo doutrinário sobre uma nova situação histórica. Nos séculos seguintes vários papados foram importantes para a evolução do pensamento social da igreja.

O presente trabalho foi elaborado com o intuito de estudar a trajetória do pensamento da igreja católica sobre a desigualdade social. Para isso seu desenvolvimento foi dividido em três capítulos: no primeiro será estudado o conceito da questão social, suas causas e a relação com o crescimento, expondo panoramas da desigualdade mundial; no segundo capítulo focaremos na relação da igreja com a questão social e sua posição no âmbito político, principalmente, no século XIX e XX; e o último capítulo consiste na parte central desse trabalho, onde trataremos do atual papado, Francisco, que desde sua posse em 2013 tem discutido fortemente a questão da desigualdade social e da exclusão social.

## **1. A QUESTÃO SOCIAL E SUAS FACES NA HISTÓRIA.**

### **1.1 A QUESTÃO SOCIAL**

Castel (2008) apresenta o conceito de questão social, assim nomeada pela primeira vez em 1830. Tendo originado quando da comprovação, por um lado, da separação existente entre o aumento da pobreza e o crescimento econômico e por outro lado, entre o distanciamento de uma ordem jurídica que assentia o direito dos indivíduos e uma ordem econômica que os negava.

De acordo com o autor a questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto. Sendo assim, o social trata-se de sistemas de regulações não mercantis - questão abordada após a Revolução Industrial que afetou profundamente a vida das populações, devido às transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram na Europa - o social é observado entre o sistema econômico e a organização política, evidenciando a necessidade de elaborar sistemas de regulação não mercantil buscando preencher esse espaço.

Notam-se distintas características sociais durante um longo período que começa na Idade Média e vai até a contemporaneidade. Para Castel (2008) as metamorfoses pelas quais passam as questões sociais são produtos de mudanças históricas. A questão social se põe explicitamente às margens da vida social, mas 'questiona' o conjunto da sociedade.

Na Idade Média cristã a religião estava contida fortemente em todas as esferas da vida. Os pobres eram visto como parte importante da sociedade, dado que a pobreza era tida como vontade divina, ou seja, Deus a criou, logo era tratado como algo inquestionável, que não se pode escapar. A pobreza não era tida como um problema social, contudo, acreditava-se que alguns deveriam ser ricos para assim ajudar os pobres, o pobre pode, não obstante ser instrumentalizado enquanto meio privilegiado para que o rico pratique a suprema virtude cristã, a caridade, e para permitir-lhe, dessa maneira, que obtenha sua salvação (CASTEL, 2008, p. 64).

Em meados do século XIV, o pobre é transformado em estranho, perigoso e indesejável, associado à imagem de vagabundo, distinguindo assim do pobre da Idade Média onde este não apresenta uma ameaça à reprodução da estrutura social (WILLIAMS et al, 2013).

De acordo com Williams et al (2013) os pobres não eram mais visto como integrantes de uma sociedade, sendo inserido numa determinada categoria. Ocorreram fortes complicações na vida dos pobres com o surgimento da Peste Negra, pois estes foram considerados responsáveis por tal praga que dizimou parte da população europeia. Com a diminuição da mão de obra houve aumento nos salários e alguns pobres puderam melhorar de vida, porém esta melhora foi recebida como um reforço para a ideia de que eles oferecem perigo à ordem estabelecida.

O autor ainda relata que os pobres foram nomeados mendigo, podendo se tornar; mendigos validos, ou seja, que era útil para o Estado e mendigos incorrigível, que se opunham ao Estado. Aos mendigos validos era feita caridades, aceitos em hospitais e recebiam ajudas das igrejas, pois estes possuíam disposição ao trabalho.

“[...] Na transição da Idade Média para a modernidade, ocorreu uma mutação na forma de compreender o pobre, antes visto como próximo e, a partir de então, concebido como um vagabundo, preguiçoso e imoral” (WILLIAMS et al, 2013, p55).

Williams et al. (2013) aponta que varias mudanças ocorreram na sociedade com a Revolução Industrial, que passou a incluir na produção, em fabricas, maquinas movida a força motriz, modificando assim esfera social. A expansão do capitalismo agravou as condições dos trabalhadores afetando também os trabalhadores industriais. Os salários eram extremamente baixos e era constante a exploração de mão de obra feminina e infantil. Com isso, houve um grande aumento no numero de pobres que eram excluídos do mercado de trabalho.

O autor também explica que no inicio do século XX os pobres ainda eram responsabilizados por sua situação, concluíam que se estavam pobres é porque não sabiam administra os recursos disponíveis. Contudo, aos poucos os trabalhadores começam a se organizar e participar da esfera política, exigindo do

Estado, melhores condições de trabalho, conquistando gradativamente direitos de cidadania e social.

### 2.1.1 Causas

Como atualmente “o capital humano é mais escasso que as máquinas, a educação generalizada é a chave do crescimento [...] Além disso, a educação generalizada cria um círculo virtuoso no qual a equidade se regenera, reduzindo as lacunas de renda entre a mão de obra qualificada e a não qualificada” (MILANOVIC, 2011, p.7, tradução nossa).

Milanovic (2011) acredita que nas economias avançadas quatro fatores são tidos como responsáveis pelo crescimento da desigualdade, são eles: progressos tecnológicos, mudanças institucionais, novas normas sociais e globalização. “A especialização em exportações sofisticadas amplia a lacuna entre os salários de trabalhadores qualificados e não qualificados. E as importações não sofisticadas e a terceirização também reduzem os salários ou aumentam o desemprego entre os trabalhadores pouco ou medianamente qualificados”.

“A altíssima concentração do progresso técnico nos países desenvolvidos [...] implica que nesses países se localizam não só a pesquisa e o desenvolvimento como tal, mas também os setores produtivos mais estreitamente vinculados com a mudança tecnológica, que se caracterizam por seu alto dinamismo dentro da estrutura produtiva e o comércio mundial, e pelas altas rendas de inovação. A transferência para a ‘periferia’ dos impulsos dinâmicos que emanam do progresso técnico originado nos países do ‘centro’ acontece através de quatro canais fundamentais: a demanda derivada de matérias-primas; a transferência para os países em desenvolvimento, dos setores produtivos que se consideram ‘maduros’ nos países desenvolvidos; a transferência de tecnologia como tal, incluída aquela incorporada em equipamentos produtivos; e a eventual participação dos países em desenvolvimento nos setores produtivos mais dinâmicos” (Cepal, 2013, p. 88-89).

“A implicação mais importante das assimetrias da economia mundial é que as oportunidades econômicas dos países em desenvolvimento continuam

sendo determinadas, em grande parte, por sua posição dentro da hierarquia internacional” (CEPAL, 2013, p.90). Somente alguns países, setores e empresas são capazes de mover-se de forma consideravelmente rápidos para conter seu atraso tecnológico, muitos se mantêm atrasados.

“A vulnerabilidade macroeconômica dos países em desenvolvimento em face dos choques externos, tende a aumentar com a maior integração financeira que caracteriza a terceira fase da globalização” (CEPAL, 2013, p.91).

De acordo com o texto da Cepal (2013) tanto as variações no produto por habitante quanto às diferenças na dinâmica demográfica das regiões do mundo contribuíram para gerar alterações importantes na distribuição da produção mundial. Enquanto os países industrializados têm maiores margens para adotar políticas anticíclicas, induzindo uma resposta estabilizadora dos mercados financeiros, as economias dos países em desenvolvimento carecem, em grande medida, dessas margens, já que os mercados financeiros tendem a aguçar o ciclo, e os atores do mercado esperam que as autoridades também se comportem de forma procíclica.

### 2.1.2 Relações com o Crescimento

Segundo Milanovic (2011) no debate sobre a desigualdade existem os que acreditam que ela não tem importância se os mercados são eficientes, porém também existem os que afirmam que a desigualdade pode conter o crescimento. Historicamente os economistas sustentavam a ideia que a desigualdade possibilitava o crescimento, porém atualmente se tem difundido a ideia de que a desigualdade de renda prejudica o crescimento.

Para Kerstenezky (2002) “o reconhecimento de que a pobreza pode decorrer da desigualdade extrema de riqueza não questiona diretamente a microeconomia dos incentivos, essencial à visão de que desigualdades são cruciais para o *crescimento econômico*.” Ela também relata que “no cenário de indivíduos heterogêneos e crédito determinado pela riqueza, a desigualdade extrema de riqueza desvirtuaria não apenas o acesso a *oportunidades* promotoras de

crescimento, como distorceria os *incentivos* ao esforço produtivo dos mais pobres, igualmente promotores de crescimento”.

“A desigualdade extrema de *riqueza* gera pobreza e crescimento deficiente, e a eficiência econômica não está, de modo inequívoco, positivamente associado à desigualdade de renda [...]” (KERSTENEZKY, 2002, p.658).

O aumento das diferenças salariais gerou uma maior desigualdade, causada pela degradação das instituições de proteção trabalhista e o progresso técnico ocasionou uma mão de obra com mais qualificação.

“A desigualdade é o resultado de uma corrida entre a tecnologia e a educação. Nas primeiras décadas do século XX este favoreceu aos trabalhadores menos qualificados, mas a revolução tecnológica voltou a favorecer aos trabalhadores qualificados. [...] O marco institucional de um país também aumenta a desigualdade. Os governos podem aumentar os impostos ou as transferências sociais para redistribuir parte das maiores renda dos trabalhadores qualificados. Outra explicação da maior desigualdade são as novas normas sociais. Antes a sociedade criticava as lacunas enormes entre o presidente e os empregados de uma empresa. Agora essas lacunas são grandes e não só as toleram, mas as incentivam” (MILANOVIC, 2011, p. 8, tradução nossa).

Segundo Kerstenetzky (2002) reparar todas essas desigualdades supõem duas coisas: em primeiro lugar, que todas elas *devem* ser reparadas; em segundo, que é *possível* modificar as tradições, o sistema legal e o mercado de modo a eliminá-las.

## 2.2 A DESIGUALDADE NO MUNDO

Na tabela 1 nota-se que houve um aumento na desigualdade social. No início do século XIX a Europa Ocidental possuía um PIB per capita de 1,232 quase três vezes maior que a África com o PIB de 418 e no final do século XX essa diferença era de mais de treze vezes – Europa Ocidental com PIB de 17,921 e a África 1,368. Para os autores da Cepal (2013) tanto as variações no produto por habitantes quanto às diferenças na dinâmica demográfica das regiões do mundo

contribuíram para gerar alterações importantes na distribuição da produção Mundial, principalmente durante a terceira fase da globalização (desde 1973).

Tabela 1

## EVOLUÇÃO DAS DISPARIDADES INTER-REGIONAIS

	1820	1870	1913	1950	1973	1990	1998
<b>A. PIB per capita por região</b>							
Europa Ocidental	1,232	1,974	3,473	4,594	11,534	15,988	17,921
Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá	1,201	2,431	5,257	9,288	16,172	22,356	26,146
Japão	669	737	1,387	1,926	1,439	18,789	20,413
Ásia (com exceção do Japão)	575	543	640	635	1,231	2,117	2,936
América Latina e Caribe	665	698	1511	2,554	4,531	5,055	5,795
Europa Oriental e antiga União Soviética	667	917	1501	2,601	5,729	6,445	4,354
África	418	444	585	852	1,365	1,385	1,368
Mundo	667	867	1,510	2,114	4,104	5,154	5,709
<b>B. Disparidades inter-regionais (porcentagens)</b>							
Região menos desenvolvida/região mais desenvolvida	33.9	18.3	11.1	6.8	7.6	6.2	5.2
América Latina/região mais desenvolvida	54.0	28.7	28.7	27.5	28.0	22.6	22.2
América Latina/mundo	99.7	80.5	100.1	120.8	110.4	98.1	101.5
América Latina/região menos desenvolvida	159.1	157.2	258.3	402.2	368.1	365.0	423.6
<b>C. Participação regional na produção mundial (porcentagens)</b>							
Europa Ocidental	23.6	33.6	33.5	26.3	25.7	22.3	20.6
*Rebentos" ocidentais	1.9	10.2	21.7	30.6	25.3	24.6	25.1
Japão	3.0	2.3	2.6	3.0	7.7	8.6	7.7
Ásia (com exceção do Japão)	56.2	36.0	21.9	15.5	16.4	23.3	29.5
América Latina	2.0	2.5	4.5	7.9	8.7	8.3	8.7
Europa Oriental e antiga União Soviética	8.8	11.7	13.1	13.0	12.9	9.8	5.3
África	4.5	3.6	2.7	3.6	3.3	3.2	3.1
Mundo	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: CEPAL, 2002.

Contudo, “esta aceleração se caracterizou inicialmente por uma política muito protecionista e só mais tarde - a partir da década de 1960, mas especialmente das décadas de 1980 e 1990 - por uma maior abertura e participação nas correntes do comércio mundial” (CEPAL, 2002, p.78).

Milanovic (2011), afirma que reduzir a desigualdade tem como vantagem facilitar o crescimento econômico e diminuir as diferenças de renda entre homens e mulheres. Contudo, em grande parte dos países a desigualdade de renda

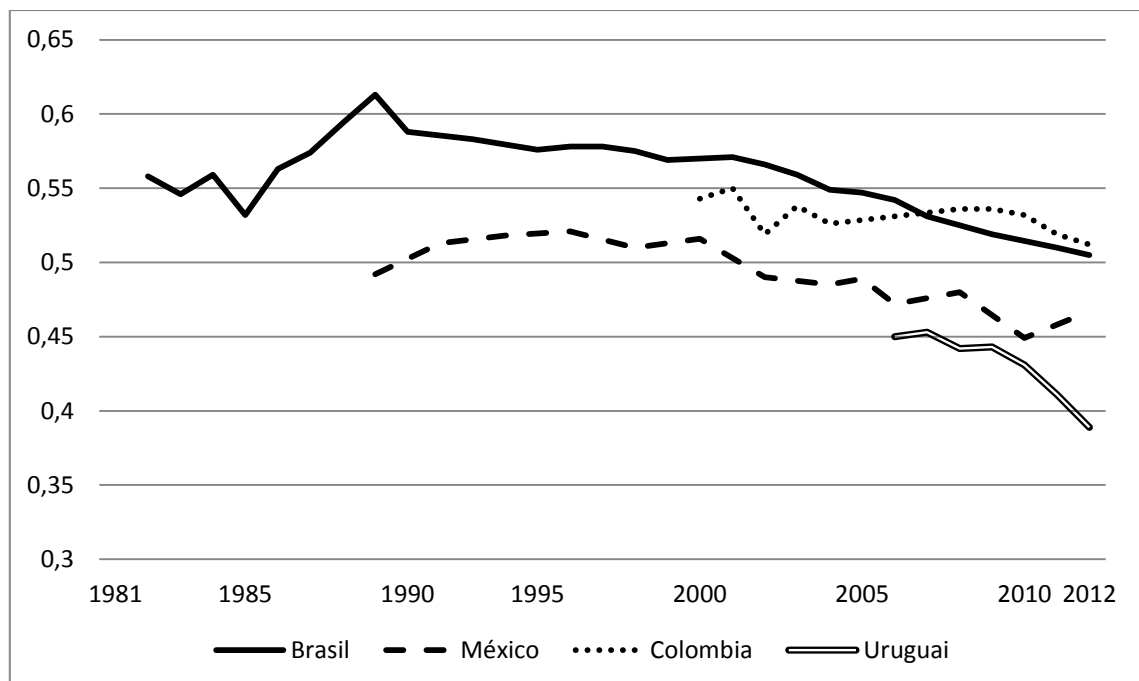


tem aumentado – ou no melhor dos casos se tem estagnado - desde início da década de oitenta. “Em geral, de meados dos anos oitenta a meados da década de 2000, a desigualdade subiu em 16 dos 20 países ricos da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE”.

Nos principais países da América Latina a desigualdade tem diminuído constantemente na última década, segundo Milanovic (2011), contudo, é uma das maiores do mundo. O Brasil se encontra entre os cinco países com maior desigualdade.

“O gráfico 1 mostra que em todos os países da América do Sul a desigualdade de renda vem caindo desde o ano de 2000, embora ainda seja muito alta”. (MAX, 2015)

Gráfico 1 – Índice de Gini na América Latina



Fonte: Banco Mundial

O autor explica que a desigualdade mundial depende das lacunas entre as rendas per capita, a população e o volume de renda dos países. Para

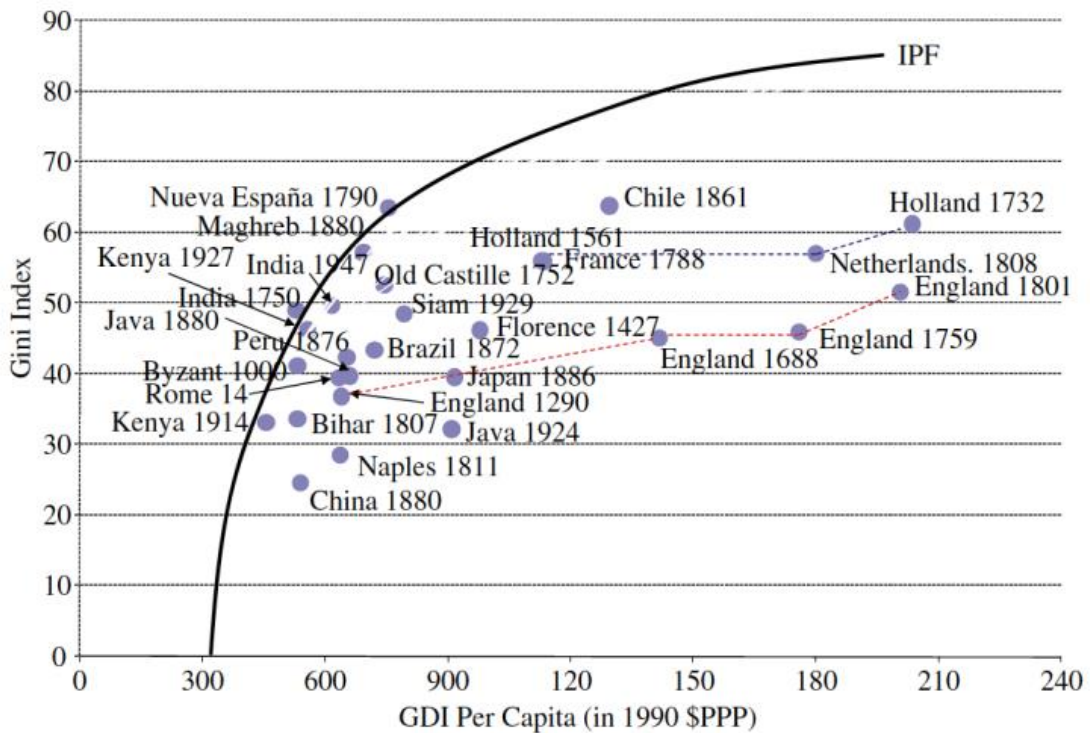
determinar a desigualdade entre todos os habitantes do mundo tem que averiguar dois movimentos contraditórios: “[...] o aumento da desigualdade em cada país aumenta a desigualdade mundial, mais o forte crescimento da renda real nos países pobres, sobre todo em países enormes como China e Índia, reduz a desigualdade mundial” (MILANOVIC, 2011, p.10).

Segundo Milanovic, (2011), “os dados para calcular a desigualdade mundial proveem de questões de lugares dos distintos países, mas tem que aplicar um fator de ajuste para expressar as rendas nacionais numa ‘moeda’ internacional com igual poder aquisitivo em todo o mundo.” (tradução nossa) Com base nos dados mais atuais referentes ao dólar de paridade de poder aquisitivo (\$PPA) – o qual desempenha o papel de ajuste das diferenças dos níveis de preços entre os países – é possível determinar uma distribuição mundial de renda e calcular um Gini mundial.

“Ao calcula-lo, os intervalos de aproximadamente cinco anos entre 1988 e 2005, a desigualdade mundial não apresenta uma tendência clara, mas é muito alta e gira em torno a 70 pontos Gini. Isto significa que as forças de convergência (em função da população) dos países (especificamente, China e Índia como mundo rico) praticamente neutralizam as forças de desigualdade crescente nos países. Mas os dados preliminares de 2008 indicam que a desigualdade mundial poderia diminuir no futuro. A desigualdade mundial parece haver diminuído do máximo de aproximadamente 70 pontos Gini em 1990 - 2005 a ao redor de 67 - 68 pontos na atualidade. A provável baixa em 2008 é um excelente sinal de. Caberá pensar que a Revolução Industrial foi um big bang que impulso a certos países para maiores rendas e deixou a outros em níveis muito baixos. Mas à medida que os dois gigantes - Índia e China - vão deixando muito atrás seus anteriores níveis de renda, a renda média mundial aumenta e a desigualdade mundial diminui. A menor desigualdade mundial, propiciada por altas taxas de crescimento e melhores níveis de vida em economias populosas e ainda relativamente pobres como China e Índia, marca uma etapa: a nova prosperidade de milhões de pessoas. E à medida que o mundo se integre, é possível que a menor desigualdade mundial adquira um peso político maior que o da desigualdade crescente dentro dos países” (MILANOVIC, 2011, p.21, tradução nossa).

Gráfico 2

Desigualdade pré-industrial: os coeficientes de Gini estimados, e as fronteiras desigualdade possibilidade (IPF)



Fonte: Milanovic, Lindert e Williamson (2011).

Milanovic, Lindert e Williamson (2011) no gráfico 2 demonstra a desigualdade econômica das sociedades pré-industriais em relação ao nível de prosperidade nesta sociedade. A desigualdade é medida com o índice de Gini e a prosperidade é medida pelo PIB per capita, ajustado pelas variações de preços. O gráfico também mostra uma curva marcada IPF; esta é a possibilidade de fronteira de desigualdade. A ideia por trás desta curva é que em uma sociedade muito pobre, a desigualdade não pode ser muito alta. Muitas sociedades pré-industriais estão agrupadas ao longo do IPF, isto quer dizer que, nessas sociedades a desigualdade era tão alto quanto possivelmente poderia ter sido. Pode-se notar que a Holanda e a Inglaterra se afastaram da IPF durante o seu desenvolvimento inicial e que o nível de desigualdade já não estava no máximo.

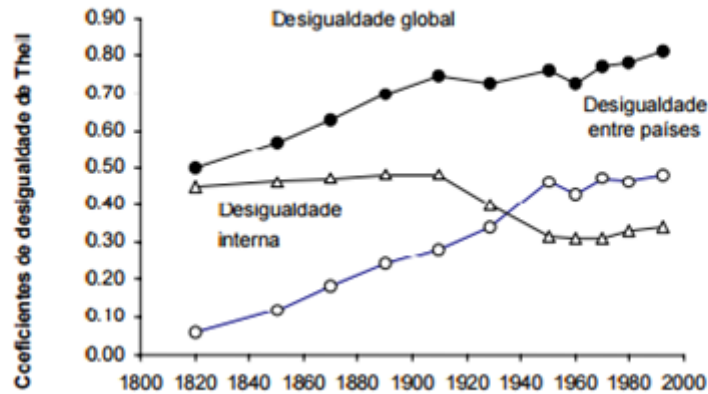
Após a Segunda Guerra Mundial, “os arranjos macroeconômicos e financeiros multilaterais, certamente trouxeram alívio conjuntural nas crises” (CEPAL, 2013, p.92).

Para Kerstenetzky (2002) nas sociedades em que prevalecem mercados livres, os indivíduos entram em transações econômicas conhecendo o fato de que suas chances de sucesso são substancialmente desiguais, e que os melhores preditores dessas chances são as posições que esses indivíduos ocupam nessas sociedades: classes, lugares de moradia, gênero, cor. As desigualdades são do ponto de vista dos indivíduos e grupos, substancialmente previsíveis.

De acordo com os autores do texto da Cepal (2013) “os países em desenvolvimento continuaram sujeitos a uma forte restrição macroeconômica externa durante a segunda fase de globalização e se tornaram cada vez mais vulneráveis a volatilidade financeira na terceira”. Agravando as assimetrias macroeconômicas entre periferia e centro. O produto médio mundial cresceu entre os anos de 1870 e 1950 e diminuiu moderadamente até 1973 e de maneira mais acelerada entre 1973 e 1990.

“As desigualdades internacionais aumentaram fortemente entre 1820 e 1910, mantiveram-se estáveis entre 1910 e 1960, voltando a crescer entre 1960 e 1992. Este processo esteve dominado, até 1910, pela evolução das disparidades entre países, que de fato aumentaram significativamente até meados do século XX. Todavia, durante o período de refluxo do processo de globalização (1914-1950), essa tendência coincidiu com uma melhoria da distribuição de renda nos países, freando o aumento da desigualdade internacional. A tendência à ampliação das desigualdades internacionais nas décadas mais recentes está associada não só ao aumento moderado das disparidades entre países, mas também ao notório incremento das desigualdades nestes” (CEPAL, 2013, p.82).

Gráfico 3

**DESIGUALDADE GLOBAL DE RENDA INDIVIDUAL, 1820-1992**

Fonte: CEPAL, 2002.

Relacionando o gráfico acima com os principais pontífices que serão apresentados no decorrer desses estudos, pode-se adiantar que durante o papado de Leão XIII (1878-1903) a desigualdade mundial aumentou fortemente, porém no papado de Pio XI (1922-1939), mantiveram-se estáveis, voltando a crescer durante o papado de João Paulo II (1978-2005).

## 2. PENSAMENTO SOCIAL DA IGREJA

O surgimento da indústria, que ocorreu na Inglaterra no final do século XVIII, provocou à concentração de grandes riquezas nas mãos de uma pequena quantidade de empresários. “Com o tempo, o poder do capital aumentou a ponto de poucos homens terem praticamente nas mãos os destinos do mundo” (MARTINA, 1995, p.26).

“[...] O processo de industrialização, e a transformação da sociedade que o mesmo processo subentende, propõe que não podem ser resolvidas a partir da conduta individual, nem da estrita justiça comutativa. São os fenômenos sociais e estruturais que começam a ocupar agora o primeiro plano: questionam-se as estruturas da sociedade, que já se deixam de considerar como uma ordem dada por Deus ou intangível para o homem; organizam-se

as massas, que são as que mais sofrem os efeitos da industrialização e do crescimento econômico incontrolado, procurando uma defesa mais eficaz dos seus direitos; iniciam-se importantes movimentos coletivos que pretende uma subversão radical da ordem estabelecida [...]” (CAMACHO, 1991, p.14)

De acordo com Camacho (1991), o nascimento da revolução industrial levou a um rápido processo de desenvolvimento que, aos pouco, expandiu-se para diversas direções. A acumulação de capital permitiu um crescimento e um avanço constante da tecnologia, acompanhado de um aumento dos meios e das oportunidades a serviço da humanidade, essas mudanças possibilitaram uma importante evolução dos sistemas de organizações na vida social e política, marcada por desigualdade e injustiças.

No início do século XIX convergem na Europa diversos movimentos seculares, econômico e social. Segundo Farrell (1999), um dos movimentos sociais que se iniciaram nesse século, foi o catolicismo social, onde o processo secular da ciência possibilitou uma real revolução produtiva e levou que o movimento democrático descobrisse a democratização do progresso que estava sucedendo. Tal consciência tornou-se interesse de intelectuais e trabalhadores.

Enquanto os liberais demonstravam ser favorável ao *status quo*, e os socialistas no partido e nos sindicatos se organizavam em vista de uma reviravolta das estruturas existente, os católicos, demoraram um tempo para terem consciência da questão social (MARTINA, 1995).

Os católicos eram compostos por dois grupos, os intransigentes que eram os predominantes e os liberais conhecidos por serem mais acessíveis às discussões com referencia a problemática moderna (FARREL, 1999). O autor explica que os intransigentes consideravam não evangelizáveis e os liberais consideravam que como todo feito histórico cultural, devia ser evangelizado; a Revolução Francesa era o resultado histórico do Evangélico, porque o Evangélico pregava a igualdade essencial do homem. E para o autor o início do pensamento social ocorreu entre os anos de 1830 e 1848.

Camacho (1991) enfatiza a importância de mencionar a presença crescente que o papado assume no âmbito doutrinal, transformando-se na

representação concreta da unidade da Igreja, em um momento em que o mundo se mostra cada vez mais desfavorável em relação a ela. Devido à importância do papado na elaboração da Doutrina Social da Igreja, surge um novo tipo de intervenção pública, a chamada encíclica, sendo, constituída pelos problemas sociais, políticos e econômicos que fazem parte do magistério ordinário da Igreja. O dever de cada documento é projetar o tradicionalismo doutrinal sobre uma nova situação histórica, onde ao projetar a doutrina sobre determinadas circunstâncias históricas particulares, gera-se um espécie de reconfiguração da doutrina.

A postura tomada pelo magistério pontifício, às obras científicas e os opúsculos apologéticos, por muito tempo, teve como principal preocupação três coisas: “defender o direito de propriedade, condenar em blocos e sem um exame cuidadoso das obras e dos autores as teses do socialismo e do comunismo, exortar os pobres à paciência e a resignação” (MARTINA, 1997, p. 39). A condenação do comunismo e do socialismo aparece, desde 1846, na encíclica *Qui pluribus* de Pio IX. A encíclica de Leão XIII “*Quod apostolici muneris* (1878) condena mais uma vez com vigor o socialismo, reafirma o direito de propriedade, recomenda aos ricos que deem o supérfluo aos pobres e a estes que freiem suas ambições e mantenham zelosamente a ordem estabelecida” (MARTINA, 1997, p. 39).

## 2.1 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL DA IGREJA.

Segundo Farrell (1999) na evolução do pensamento do catolicismo social europeu, o principal tema foi tomar consciência de que a revolução científica tecnológica dava a possibilidade de conhecer as causas da pobreza e o poder para solucioná-la.

O autor também explica que desde a década de 1870, à medida que o socialismo marxista fazia notável progresso e começavam a se impor como a ideologia do socialismo, os católicos foram tomando posições cada vez mais definidas em contra a socialdemocracia.

Leão XIII em seus primeiros anos de papado esteve focado predominantemente por diversos problemas políticos, como a Questão Romana, o

conflito com a Alemanha e a situação francesa, e pela preocupação de explicar a posição da Igreja frente à sociedade moderna (MARTINA, 1995).

“Pode-se resumir o ensinamento do papa em quatro pontos essenciais. Confirma-se o direito natural de propriedade privada, mas ressalta-se também sua função social. Atribui-se ao Estado o dever de intervir eficazmente diante de problemas econômico-sociais, especialmente em defesa dos pobres e dos humildes, com clara superação do absentismo estatal liberalista, mas também se põem limites intransponíveis à ação estatal, que deve ter sempre um caráter supletivo. Recordam-se aos operários seus deveres em relação aos empresários, mas também se demonstra que eles têm o direito de estrita justiça a um salário suficiente para garantir um teor de vida humana, consagrando assim, contra a concepção puramente econômica do trabalho, se aspecto humano e personalista. Condena-se a luta de classes, mas se reconhece aos operários o direito de se reunirem para defender seus direitos, mesmo em associações formadas exclusivamente por operários, que são convidados a nelas associarem” (MARTINA, 1995, p.53-54).

Farrell (1999) descreve que Leão XIII foi um grande renovador da Igreja e o criador da Doutrina Social da Igreja. Mesmo contendo uma diplomacia, pouco compreendida, teve como objetivo a aproximação entre o Papado e os Estados modernos. O Papa não deixa de denunciar o humanismo racionalista, raiz da modernidade e da rejeição tão severa ao mundo moderno que havia feito antes a Igreja.

O Papa não só superou definitivamente os dogmas da economia liberal, como reconheceu a legitimidade de muitas das posições mais adiantadas dos católicos, que alguns conservadores consideravam como de tendência socialista, e fez suas (MARTINA, 1995). Contudo, o autor ainda explica que não se pode negar que os católicos se sentiram estimulados à ação social, sendo, que em uns prevaleceu o temor de uma nova revolução; em outros, o medo da perda das massas atraídas pela visão socialista.

A encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, costuma-se ser considerada como o primeiro documento da Doutrina Social da Igreja. Camacho (1991) recorda que Leão XIII, já havia tratado do tema da questão social principalmente nos seus aspectos políticos, em outras encíclicas. Na *Rerum*



*novarum*, procura-se na propriedade privada, o fundamento de toda ordem social. “O *Rerum novarum* se afirma de passagem a legitimidade do sindicato, não se pronunciava a favor do sindicalismo preferente à corporação” (MARTINA, 1997, p. 56).

A *Rerum novarum* reúne os frutos de cerca de 50 anos de estudos e discussões. Martina (1995) explica que em síntese, a encíclica sancionava teses sobre a intervenção estatal e o aspecto pessoal e humano do salário. A impressão que se tem em relação à leitura da encíclica hoje é bem diferente de quando ela surgiu, na ocasião foi interpretada como um documento que se alinhava explicitamente a favor das posições sociais mais avançadas, causando grande entusiasmo. Contudo, os conservadores se prenderam a algumas passagens passivas de diferentes interpretações para restringir o alcance do documento.

“Quarenta anos depois da encíclica *Rerum Novarum*, o papa Pio XI, conhecido como o grande Papa da Ação Católica publica uma nova encíclica, o *Quadragesimo anno* (1931), que fala de ‘a doutrina social católica’ da ‘doutrina social cristã’” (ORIOL, 2004). Pio XI, na primeira parte da *Quadragesimo anno*, o papa fala com simpatia dos sindicatos. Porém, na segunda parte, “detém-se com simpatia sobre o sistema corporativo, embora sublinhe que ele deve ser o resultado de uma livre evolução vinda de baixo, não de uma imposição imposta de cima” (MARTINA, 1997, p. 63).

O cristianismo e a Igreja tem uma palavra primordial que diz; “a condição humana é desigual; o sofrimento e as adversidades formam parte da existência”. E procede declarando que a solução viável e urgente, situa-se na convergência operacional de três agentes: a Igreja, o Estado e empregadores e trabalhadores (ORIOL, 2004).

É correto afirmar que os católicos tiveram consciência, com atraso, da questão social. Martina (1995) esclarece que os católicos não compreenderam, profundamente, o valor dos movimentos sociais, eles enxergam estes como uma ameaça subversiva e antirreligiosa, continuando a ser pouco sensível a massa operária. O socialismo teve grande importância no despertar da consciência católica, devido à predominância da preocupação antissocialista, concluindo que “o socialismo, não o cristianismo, foi à força decisiva na conquista de uma melhor

justiça social” (MARTINA, 1995, p. 67). Com a união dos motivos religiosos e éticos os movimentos sociais se tornaram a emanção espontânea da caridade cristã, porém o movimento católico se manteve, parcialmente, eficaz, por sua posição de minoria e os obstáculos criados por parte dos católicos conservadores e dos socialistas.

## 2.2 PARTIDOS E SINDICATOS CRISTÃOS

Segundo Malfatti (2012), os partidos cristãos surgiram e se desenvolveram na Europa, no contexto histórico do século XIX e XX. Ocorrendo com maior intensidade na Europa, num limitado número de países. Pode-se dizer que na Inglaterra, por exemplo, os partidos cristãos não tiveram força política e na América praticamente não existiram. Para Camacho (1995) esses séculos são marcados, antes de qualquer coisa, por um aberto enfrentamento da Igreja perante o liberalismo, traduzindo-se em uma forte oposição aos Estados modernos, nascido sob a inspiração liberal.

A questão da “democracia” era uma mensagem precisa, tanto aos liberais quanto à Igreja. Para os liberais, os democratas cristãos estavam dispostos a aceitar as regras do jogo liberal, a democracia formal, mas não seu conteúdo individualista. Para a Igreja, que recusava o liberalismo, afirmava-se que ela aceitava o jogo liberal, mas declarava que queriam nos conteúdos da Doutrina Social da Igreja, os princípios e valores cristãos (MALFATTI, 2012).

“O liberalismo põe em evidencia um tipo de homem inquieto, empreendedor e aventureiro, laborioso, racionalista e calculista, disposto ao risco e com uma profunda sede de lucros” (CAMACHO, 1995, p. 38).

“O elemento essencial dos Estados modernos passará a ser o princípio da soberania nacional. Esse princípio deve ser entendido em uma dupla direção. Por um lado, implica que o Estado é a única autoridade a que estão submetidos todos os habitantes do território: o Estado passará a monopolizar toda a competência para legislar, para administrar justiça, para cobrar tributos. As instituições que, em épocas anteriores, compartilham

desse poderes com a Coroa são progressivamente destruídas deles. Este será um dos grandes motivos de conflitos entre os antigos estamentos (sem excluir a igreja) e o Estado moderno. Por outro lado, a soberania nacional exige que cada Estado não tenha que submeter-se a qualquer instância superior: todas as antigas funções e pretensões do império e/ou do papado ficam desse modo, absolutamente negadas” (CAMACHO, 1995, p. 40).

“Se o regime absolutista serviu para consolidação dos Estados nacionais, seu futuro logo começará a ser incerto, sendo que, a própria revolução industrial se responsabilizará de estabelecer as bases para que se produza o assalto ao absolutismo” (CAMACHO, 1995, p.40).

“O sindicato de inspiração cristã desenvolveu-se com maior ou menor rapidez e com resultados diferentes em diversos países, ora em forma estritamente confessional, ora em forma aconfessional, ou seja, aberta a todos que aceitassem a inspiração cristã que o embasava” (MARTINA, 1997, p.58). No começo da Primeira Guerra, os sindicatos cristãos estavam quase ultrapassando os socialistas. O autor prossegue dizendo que depois de analisar o real comportamento dos sindicatos, a congregação do concílio, em 1929, confirmou a legitimidade dos sindicatos.

Contudo, Malfatti (2012) acrescenta que em virtude do crescimento da ideologia liberal - na Europa, antes 1960 - a oportunidade de a Igreja influenciar politicamente, através de partidos confessionais, acabou sendo um fracasso. Devido ao fato, que a maioria dos católicos se identificava com o conservadorismo e com a monarquia do tipo absolutista.

O objetivo histórico do liberalismo do século XIX não significou somente em dar vida aos ideais revolucionários, mas também em limitar os seus excessos. Para isso, contaram com a ajuda dos integrantes das novas classes médias, que surgiram em consequência ao acelerado desenvolvimento das atividades comerciais e industriais. Que assumirão aos pouco o controle da vida política e se responsabilizaram por traduzir a ideologia e os ideais revolucionários em reformas institucionais concretas (CAMACHO, 1995).

Na década de 1960 a situação começou a modificar, Malfatti (2012) alega que esse período foi marcado pelo anticlericalismo, quando os governos

liberais iniciaram uma série de ataques contra os privilégios da Igreja, como aconteceu na Bélgica, Holanda, Áustria, Alemanha, Itália e França. Os ataques liberais se concentravam, sobretudo, na educação e na família. Camacho (2012) explica que se trata de um conflito ideológico; por engrandecer a liberdade individual e preservar certas reservas em relação à autoridade; outro ponto polêmico consiste na tentativa dos regimes liberais de reduzir o religioso ao âmbito do privado; vale ressaltar como um terceiro ponto de conflito a relação com o crescimento do nacionalismo, derivado de forte tendência nacionalista dos Estados liberais. Uma das consequências dessas ações é a rejeição da autoridade papal e a resistência perante a estrutura supranacional da Igreja. Essa política leva os governos liberais a tentar o controle da organização eclesiástica e sua submissão à legislação nacional.

A primeira atitude que a Igreja teve para influir na política foi oferecendo apoio aos grupos conservadores, estes, todavia, começaram a visar a resultados eleitorais e a confrontar aos ataques dos liberais. Segundo Malfatti (2012) a Igreja não queria partido político e preferia que os ataques terminassem. Os grupos ponderavam numa forma de atuação temporária e não de partido permanente. “Nesse momento, a Igreja passou a apoiar grupos concretos e seus membros e organizações tiveram que se envolver na práxis política, a Igreja foi forçada a uma ação coordenada, objetivando uma ação conjunta de toda sua organização de massa” (MALFATTI, 2012, p.81).

Camacho (1995) ressalta a importância da chegada de Leão XIII ao pontificado, a qual é recebida com certo otimismo, por possuir uma postura mais aberta diante dessas realidades. É possível interpretar todo o seu esforço como, uma preocupação em mostrar que nem tudo nessa sociedade moderna, que se apresenta hostil à Igreja, é rejeitável. Para isso, busca uma política de diálogo e de aproximação aos governos liberais, ao mesmo tempo em que adota uma posição de tolerância perante certos fatos ocorridos na civilização moderna.

“[...] O papa se limitava, é verdade, a pôr os sindicatos no mesmo plano das corporações, sem reservas específicas, mas esse simples fato indicou efetivamente o início da vitória do sindicalismo sobre o corporativismo no seio do catolicismo social, e, numa perspectiva histórica mais ampla, a adequação corajosa da Igreja às novas exigências, a encarnação dos

valores cristãos nas novas estruturas exigidas pela época, a aceitação por parte da verdade contida no marxismo, ou seja, a distinção entre a luta de classes permanente e a legítima ação de resistência em defesa dos próprios direitos [...]” (MARTINA, 1997, p. 54-55).

O movimento social cristão é o grupo que está mais preocupado com as consequências sociais da revolução industrial. “A tendência liberal propunha uma aproximação da mentalidade moderna e uma intervenção direta dos católicos na vida política. Essa corrente era fortemente combatida a partir do interior da Igreja, por causa do perigo de cair em todos os erros da sociedade moderna” (CAMACHO, 1997, p. 48).

No começo do pontificado de Pio XI, ocorreram mudanças no panorama mundial:

[...] o capitalismo liberal entrava em uma fase de sucessiva crise, cada vez mais profundas, enquanto o socialismo conseguiria estabelecer-se em um país, a partir do qual se apresentava como alternativa para uma sociedade capitalista em decadência. É a época dos totalitarismos: diante do coletivismo russo, a Europa central abre seus braços para a ideologia fascista, como substituta para uma democracia impotente. A Segunda Guerra Mundial é a mais dramática expressão de até onde pode chegar umas ideologias desse tipo. A doutrina Social da Igreja desse período situa-se claramente diante dos totalitarismos. Os documentos de Pio XI começam criticando tanto a ditadura capitalista como os regimes socialistas (*Quadragesimo anno*), para terminar condenando abertamente o comunismo (*Divini Redemptoris*) e o nazismo (*Mit brennender Sorge*). Pio XI contribui de forma mais positiva para o estabelecimento das bases de uma ordem social submetida a certos princípios morais independentes da vontade dos governantes e inspirados no respeito à dignidade da pessoa humana. Essa contribuição já anuncia uma nova modalidade da Doutrina social, que se imporá com toda a força depois do Vaticano II” (CAMACHO, 1995, p.23).

O Concílio Vaticano II é considerado o momento mais vital na história da Doutrina Social da Igreja. Camacho (1995) explica que para alguns teólogos o concílio significou o fim dessa doutrina, da forma que até então era conhecida. O concílio representa uma reviravolta decisiva na Igreja, ocorrendo inúmeras mudanças, inclusive em sua maneira de apresentar-se ao mundo, foi

tamanha a transformação que todos os pressupostos implícitos dessa corrente de pensamento doutrinal desabaram. “A teologia política, no mundo ocidental desenvolvido, e a teologia da libertação, no Terceiro Mundo, ofereciam novas plataformas para a reflexão teológica sobre a função da Igreja no mundo, mais de acordo com as condições históricas contemporâneas” (CAMACHO, 1995, p.20). Não poderia ser possível, depois do concílio Vaticano II, que a Doutrina Social da Igreja continuar com o mesmo posicionamento.

### **3. A DESIGUALDADE SOCIAL E O PAPADO DE FRANCISCO**

#### **3.1 PAPA FRANCISCO**

Em 13 de março de 2013 Jorge Mario Bergoglio foi eleito o 266º Papa da Igreja Católica, o qual sucedeu o Papa Bento XVI, que abdicou ao papado em 28 de fevereiro de 2013. Este é o primeiro papa nascido no continente americano e também o primeiro latino-americano, o primeiro pontífice do hemisfério sul, o primeiro papa a utilizar o nome de Francisco e também o primeiro papa jesuíta da história. Tornou-se Arcebispo de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e foi elevado ao cardinalato em 21 de fevereiro de 2001, com o título de Cardeal Presbítero de San Roberto Belarmino. Ao ser eleito, o novo pontífice escolheu o nome de Francisco, segundo o próprio, uma referência a Francisco de Assis fazendo alusão à "sua simplicidade e dedicação aos pobres".

Neste capítulo abordaremos a posição do Papa Francisco frente às novas questões sociais, focando nos dois principais documentos que foram publicados, a Exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*” (EG) e a encíclica *Laudato si*, com base em discussões de comentadores. Suas principais preocupações sociais estão descritas na EG, porém o papa avança no tema da doutrina social da igreja ao associá-la à questão ambiental na encíclica.

### 3.2 EVANGELII GAUDIUM

A Exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*” (EG), de 24 de novembro de 2013, consiste num documento de 142 páginas, o primeiro do gênero do seu pontificado, que fornece orientações sobre a nova evangelização e num sentido mais vasto, apresenta o programa e as ideias pessoais do papa. As exortações apostólicas são documentos papais, contendo recomendações a determinados grupos, como ao clero, por exemplo. Em termos de solenidade, situam-se abaixo das encíclicas e acima dos breves e das cartas apostólicas. A EG trata de temas clássicos na questão social como a exclusão social, o consumismo, a dominação de gênero e a origem dos problemas no sistema de mercados.

No documento, Francisco critica o sistema econômico mundial, que considera não apenas "injusto na sua raiz", mas que "mata" porque faz predominar a lei do mais forte. De acordo com Medeiros (2014) é clara a preocupação do papa com a exclusão social e a desigualdade social. Tanto que essa preocupação abrange até a elite capitalista mundial. Mostrando que a desigualdade social e a exclusão são um dos grandes desafios do mundo atual.

“Assim como o mandamento ‘não matar’ põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, hoje devemos dizer ‘não a uma economia da exclusão e da desigualdade social’. Esta economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode mais tolerar que se jogue comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início à cultura do ‘descartável’, que, aliás, chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são ‘explorados’, mas resíduos, ‘sobras’” (EG, § 53) <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Utilizaremos da abreviação EG nas citações de parágrafos do documento referente à Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*.

Nessa perspectiva, Medeiros (2014) apresenta que de acordo com o Papa, “aqueles que são excluídos do mercado não entram nem nas estatísticas”. Apresentando um discurso que hoje já não existe mais os oprimidos e sim, os excluídos.

O autor também destaca que o Papa apresenta o sistema econômico atual como egoísta, onde somente uma minoria retém os lucros, sendo assim, entende o pobre como os excluídos do sistema.

“Neste contexto, alguns defendem ainda as teorias da ‘recaída favorável’ que pressupõem que todo o crescimento econômico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Esta opinião, que nunca foi confirmada pelos fatos, exprime uma confiança vaga e ingênua na bondade daqueles que detêm o poder econômico e nos mecanismos sacralizados do sistema econômico reinante. Entretanto, os excluídos continuam a esperar. Para se poder apoiar um estilo de vida que exclui os outros ou mesmo entusiasmar-se com este ideal egoísta, desenvolveu-se uma globalização da indiferença.” (EG, § 54).

Segundo Canudo (2013) o Papa enumera os que são descartados, como sendo “os sem abrigo, os toxicodependentes, os refugiados, os povos indígenas, os idosos cada vez mais sós e abandonados” (EG, § 210). Medeiros (2014) completa dizendo que o Pontífice visualiza que o pobre, para ele ser pobre não envolve só carências, mas também uma cultura.

Ao analisar o parágrafo 54 da EG, Medeiros (2014) expõe a visão do Papa de que “o mercado nunca vai livremente atender, aos que não tem, pois o mercado foi e é organizado para quem tem” (MEDEIROS, 2014, p. 97). Aponta uma indiferença pelos pobres e excluídos e que “o princípio ético pelo qual a economia é deveria ser regida, é um não a morte” (MEDEIROS, 2014, p. 116). O Papa menciona sobre que a “cultura do bem-estar nos anestesia, a ponto de perdermos a serenidade se o mercado oferecer algo que ainda não compramos” (EG, § 54), mostrando que tudo se transforma e se resumiu no mercado. Boa parte da população é “excluída e marginalizada, sem trabalho ou em trabalhos que não utilizam das leis trabalhistas, tornando o ser humano um bem de consumo descartável” (EG, § 53).



Possui um enorme interesse pelo tema da pobreza, com um olhar amplo, como no parágrafo 212 em que destaca que a mulher é duplamente pobre.

“Duplamente pobre são as mulheres que padecem situações de exclusão, maus tratos e violência, porque frequentemente tem menos possibilidades de defender seus direitos. E, todavia, também entre elas encontramos continuamente os mais admiráveis gestos de heroísmo cotidiano na defesa e no cuidado da fragilidade das suas famílias” (EG, § 212).

O Papa entende a questão do mercado com um novo componente de análise da economia e sociedade. Acreditando que o ateísmo já não é mais a principal discussão e sim, a idolatria ao dinheiro, que leva a absolutização das leis do mercado em detrimento da vida humana (SUNG, 2014).

“[...] há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano. Criamos novos ídolos. A adoração do antigo bezerro de ouro (cf. Ex 32, 1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura duma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano. A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios e, sobretudo a grave carência duma orientação antropológica que reduz o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo” (EG, § 55).

Para o autor o Papa traz a ideia de que para o “mercado absoluto” só interessa o lucro, e que os pobres, ou a natureza são um obstáculo a ser vencido. “Enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar daquela minoria feliz. Tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira” (EG, § 56).

Para Medeiros (2014) o EG faz uma crítica à privatização, afirma que o Papa defende que é o dever do Estado velar pelos serviços essenciais, como saúde e educação. Fala sobre o surgimento de uma “tirania” em meio ao sistema de privatizado, o qual prejudica aqueles que não possuem recurso para desfrutar desses serviços. Tal mercado “não permite obstáculos, os que mais sofrem são os frágeis, os fracos, sejam os pobres, seja ‘o meio ambiente’” (MEDEIROS, 2014, p.101).

Numa crítica o sistema econômico mundial, o Papa considera que não apenas “o sistema social e econômico é injusto na sua raiz”, mas que “os mecanismos da economia atual promovem uma exacerbação do consumo [...] Assim, mais cedo ou mais tarde, a desigualdade social gera uma violência que as corridas armamentistas não resolvem nem poderão resolver jamais” (EG, § 60).

“[...] enquanto não se eliminar a exclusão e a desigualdade dentro da sociedade e entre os vários povos será impossível desarraigá-la a violência. Acusam-se da violência os pobres e as populações mais pobres, mas, sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra encontrarão um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há de provocar a explosão” (EG, § 59).

O Papa lança um ataque duro ao capitalismo chamando de “nova tirania” e acusando de estar contribuindo para a exclusão e a desigualdade social. “Negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum. Instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras” (EG, § 56).

Oliveira (2013) apresenta a reflexão do Papa a cerca da palavra “solidariedade”, onde diz que ela, “supõe a criação duma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns” (EG, § 188).

O forte debate do Papa Francisco sobre a questão da desigualdade lança um duro ataque ao livre mercado.

“Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado. O crescimento equitativo exige algo mais do que crescimento econômico, embora o pressuponha; requer decisões, programas, mecanismo e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição das entradas, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo” (EG, § 204).

Oliveira (2013) destaca um recado contundente que o Papa envia para os poderosos e aqueles de maior influência na sociedade: “Ninguém deveria dizer que se mantém longe dos pobres, porque as suas opções de vida implicam prestar mais atenção a outras incumbências. Esta é uma desculpa frequente nos meios acadêmicos, empresariais ou profissionais, e até mesmo eclesiais. [...] ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social” (EG, § 201).

### 3.3 ENCÍCLICA *LAUDATO SI*

Em sua encíclica sobre o meio ambiente, a *‘Laudato si’* (Ls), publicada pelo Vaticano no dia 18 de junho de 2015 o Papa Francisco propõe uma *ecologia integral*, “dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial” (Ls, §137)<sup>2</sup>, o que vai além da costumeira ecologia ambiental. De acordo com Boff, (2015) ela abrange todas as áreas, o ambiental, o econômico, o social, o cultural, o espiritual e também a vida cotidiana. Nunca se esquecendo dos pobres em sua forma de ecologia humana e social, vivendo laços de solidariedade de uns para com os outros. O Papa defende que “já se ultrapassaram certos limites máximos de exploração do planeta, sem termos resolvido o problema da pobreza” (Ls, § 27), associando o pensamento sobre a questão social com a questão ambiental.

Segundo Barros (2015) nos Estados Unidos, congressistas republicanos e seus candidatos à presidência tinham feito pressão para que o Papa não publicasse sua encíclica sobre a ecologia. Alguns meses antes da publicação da encíclica, “grandes empresários e donos de mineradoras, espalhadas por todos os continentes, fizeram um retiro espiritual no Vaticano para mostrar ao Papa que as mineradoras são ecológicas e só extraem minérios da Terra. Não a destroem” (BARROS, 2015).

---

<sup>2</sup> Utilizaremos da abreviação Ls nas citações de parágrafos do documento referente à encíclica *Laudato si*.

Contudo, toda pressão, de dentro da própria Igreja e de fora, não foi suficiente. A encíclica ficou pronta e foi publicada “«*Laudato si’, mi’ Signore* – Louvado sejas, meu Senhor» [...] nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços” (Ls, § 1). Assim, o Papa faz “um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta” (Ls, § 14).

“É importante ler a encíclica *Lodato Si* a partir da realidade do mundo dos pobres, da luta pela defesa da terra, vivida pelos lavradores sem terra e pelos índios, maiores vítimas da injustiça ecossocial provocada pelos que oprimem a Terra e a natureza” (BARROS, 2015).

Morsolin (2015) explica que a encíclica fala sobre o cuidado da casa comum, o Papa recorda que os países industrializados contribuem para que ocorra mudança climática, a qual, afeta as nações que possuem menos recursos, impedindo seu desenvolvimento. Já que “algumas das estratégias para a baixa emissão de gases poluentes apostam na internacionalização dos custos ambientais, com o perigo de impor aos países de menores recursos pesados compromissos de redução de emissões comparáveis aos dos países mais industrializados” (Ls, § 170). Penalizando assim, os país com maior necessidade de desenvolvimento.

“As regiões e os países mais pobres têm menos possibilidade de adotar novos modelos de redução do impacto ambiental, porque não têm a preparação para desenvolver os processos necessários nem podem cobrir os seus custos. Por isso, deve-se manter claramente a consciência de que a mudança climática tem responsabilidades diversificadas e, como disseram os bispos dos Estados Unidos, é oportuno concentrar-se ‘especialmente sobre as necessidades dos pobres, fracos e vulneráveis, num debate muitas vezes dominado pelos interesses mais poderosos” (Ls, § 52).

A partir da década de 1980, uma crescente conflitividade socioambiental, que foi substituído pelo ecologismo popular, tem denunciado a extração de recursos naturais e a destruição de bens comuns (MORSOLIN, 2015). Para Francisco o esgotamento dos recursos naturais está relacionada com “a

impossibilidade de sustentar o nível atual de consumo dos países mais desenvolvidos e dos setores mais ricos da sociedade, onde o hábito de desperdiçar e jogar fora atinge níveis inauditos” (Ls, § 27). “Francisco destaca a dívida ecológica das potências mundiais, que arrebatam as reservas das regiões em desenvolvimento para alimentarem seu crescimento” (MORSOLIN, 2015).

Para o Papa é importante abordar o tema da mudança climática, juntamente, com a preocupação pela justiça social, para ele “se a tendência atual se mantiver, este século poderá ser testemunha de mudanças climáticas inauditas e duma destruição sem precedentes dos ecossistemas, com graves consequências para todos nós” (Ls, § 24). Propõe “o tema dos deslocados climáticos, na Ásia, África e América Latina, associando o impacto da indústria no meio ambiente com a pobreza e os movimentos migratórios” (MORSOLIN, 2015).

O Papa Francisco denuncia o uso da dívida externa "dos países pobres" como mecanismo para controlar o mundo e pede aos países mais ricos reconhecerem sua dívida ecológica e não impedirem que outros salvem o Planeta (MORSOLIN, 2015).

“A dívida externa dos países pobres transformou-se num instrumento de controle, mas não se dá o mesmo com a dívida ecológica. De várias maneiras os povos em vias de desenvolvimento, onde se encontram as reservas mais importantes da biosfera, continua a alimentar o progresso dos países mais ricos à custa do seu presente e do seu futuro. A terra dos pobres do Sul é rica e pouco contaminada, mas o acesso à propriedade de bens e recursos para satisfazerem as suas carências vitais é-lhes vedado por um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso. É necessário que os países desenvolvidos contribuam para resolver esta dívida, limitando significativamente o consumo de energia não renovável e fornecendo recursos aos países mais necessitados para promover políticas e programas de desenvolvimento sustentável” (LS, § 52).

Barros (2015) explica que o Sumo Pontífice trata da Ecologia a partir da realidade social do mundo e da injustiça do sistema econômico excludente dos pobres. Mostrando que toda vez que não é respeitada a vulnerabilidade da Terra, os que mais sofrem são os pobres. “Existem formas de poluição que afetam

diariamente as pessoas. A exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta gama de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, e provocam milhões de mortes prematuras” (Ls, § 20).

A encíclica também faz referências aos grandes temas da questão social. Segundo Boff (2015) é sublinhada “a interdependência do social e do educacional com o ecológico e constata lamentavelmente os constrangimentos que o predomínio da tecnocracia traz, dificultando mudanças que refreiam a voracidade da acumulação e do consumo e que podem inaugurar o novo”. “Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana” (Ls, § 189).

Para Morsolin (2015) o Papa chama à consciência dos crentes e não crentes, a exigir uma mudança de atitude para os líderes dos poderes econômico, político, científico e tecnológico mundial, “a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos” (Ls, § 93). Insiste no diálogo entre a ciência e a religião “a maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente, e isto deveria levar as religiões a estabelecerem diálogo entre si, visando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção duma trama de respeito e de fraternidade” (Ls, § 201).

A advertência do Pontífice sobre os enormes problemas que sofre meio ambiente, responsabilizando o sistema econômico mundial por conduzir a humanidade a um colapso, por ser desprovida de sustentação ética, estão intimamente ligadas à degradação ambiental, humana e ética (Ls, § 56). O capitalismo voraz de mercado e do dinheiro estão arrastando a humanidade à contaminação da alma do ser humano, pois “qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta” (Ls, § 56).

“O Papa chama a superar a cultura do descarte, a levar em consideração às comunidades locais, especialmente os indígenas, com sua sensibilidade e tradições, e a frear a megalomania desenfreada, a dialogar e debater sobre os limites do progresso” (MORSOLIN, 2015).

“Para que apareçam novos modelos de progresso, precisamos de ‘converter o modelo de desenvolvimento global’, e isto implica refletir responsabilmente ‘sobre o sentido da economia e dos seus objetivos, para corrigir as suas disfunções e deturpações’. Não é suficiente conciliar, a meio termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro, ou a preservação do meio ambiente com o progresso. Neste campo, os meios-termos são apenas um pequeno adiamento do colapso. Trata-se simplesmente de redefinir o progresso” (Ls, § 194).

Para Morsolin (2015) o Papa Francisco, argumenta contra a ideias de que o direito à propriedade privada é um princípio absoluto e intocável, insistindo na função social de qualquer forma de propriedade. Em suas palavras, “a tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada, e salientou a função social de qualquer forma de propriedade privada” (Ls, § 93).

Não há verdadeira ecologia, de expressão nenhuma, seja ambiental, social, mental e seja integral, caso não resgate a humanidade humilhada dos milhões de empobrecidos de nossa história, naqueles nos quais a Terra como mãe é mais agredida e ofendida (BOFF, 2015). O autor defende que o Papa Francisco mostra-se muito coerente com a principal temática da Igreja da libertação latino-americana, ou seja, com a teologia que trata da opção preferencial pelos pobres, contra a pobreza e a favor da justiça social, “hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (Ls, § 49).

“A desigualdade não afeta apenas os indivíduos mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais. Com efeito, há uma verdadeira ‘dívida ecológica’, particularmente entre o Norte e o Sul, ligada a desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico e com o uso desproporcionado dos recursos naturais efetuando historicamente por alguns países. [...] O aquecimento causado pelo enorme consumo de alguns países ricos tem repercussões nos lugares mais pobres da terra, especialmente na África, onde o aumento da temperatura, juntamente com a seca, tem efeitos desastrosos no rendimento das cultivações” (Ls, § 51).

“Nesta mesma perspectiva, o Papa Francisco fala de decrescimento pelos países do Norte do Mundo. A dívida ecológica se refere à dívida dos países ricos e industrializados do Norte para com os países do Sul” (MORSOLIN, 2015).

Boff (2015) explica que a ecologia representa um novo jeito de viver, uma nova maneira de ocupar diferentemente a Casa Comum de tal forma que todos sejam capazes de acomodar-se nela. Não somente os seres humanos, o qual caracteriza o antropocentrismo fortemente criticado pela encíclica, mas todos os seres vivos. Conforme apresentado pelo Papa, “o antropocentrismo moderno acabou, paradoxalmente, por colocar a razão técnica acima da realidade, porque este ser humano ‘já não sente a natureza como norma válida nem como um refúgio vivente’” (Ls, § 115). A fúria produtivista e consumista, digamos nós, numa palavra que o Papa não usa, pelo capitalismo selvagem que visa a acumular de forma ilimitada à custa da devastação da natureza, do empobrecimento das pessoas e do risco de uma mega catástrofe ecológica social (BOFF, 2015), “cresceu a sensibilidade ecológica das populações, mas é ainda insuficiente para mudar os hábitos nocivos de consumo, que não parecem diminuir; antes, expandem-se e desenvolvem-se [...] Se alguém observasse de fora a sociedade planetária, maravilhar-se-ia com tal comportamento que às vezes parece suicida” (LS,§ 55).



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração deste estudo foi possível observar o posicionamento da igreja frente às questões sociais. Constatou-se que a igreja modifica sua forma de agir conforme os obstáculos impostos nos momentos históricos em que esteve inserida e principalmente pelo posicionamento do Papa, o qual exerce grande importância no âmbito doutrinário.

É importante recordar que vários papas foram relevantes para a evolução do pensamento social da igreja. Fazendo uma breve comparativa entre o precursor da Doutrina Social da Igreja Leão XIII e o atual Papa Francisco pode-se notar que ambos explicam primeiramente a posição da igreja frente à sociedade em que se encontram; fazem uma referência ao dever do Estado de velar pelos serviços sociais em defesa dos pobres e oprimidos; e são constantemente lembrados por possuírem uma postura mais aberta.

Contudo, pode-se dizer que hoje a igreja já não exerce tanta influência no mundo como no final do século XIX, porém o Papa Francisco tem se tornado bastante popular, conquistando tanto os católicos quanto os não católicos, devolvendo à igreja a voz que vinha sendo abafada. Com seu debate contra a exclusão social e a desigualdade social, mostra uma grande mudança no posicionamento da igreja antes, nos séculos XIX e XX, mais preocupada em combater o ateísmo, o governo liberal e os socialistas, hoje tendo como principal preocupação o combate aos problemas do capitalismo e a idolatria ao dinheiro.

O papado de Francisco avança o pensamento social da igreja ao associá-lo à questão ambiental, particularmente na encíclica. Inovando ao colocar a noção de dívida ambiental ao lado da velha noção de dívida externa (financeira).

Francisco, o Papa que defende a opção pelos pobres, abre as portas para discussões importantes que muitas vezes são encobertas pela elite capitalista mundial. Não se deixa abater, mantendo firme sua postura, sobretudo a de lutar pela defesa da terra e sua constante crítica ao sistema econômico mundial.

Em seu caminho a construir uma sociedade com menos exclusão social o Papa Francisco terá muito a nos ensinar, muitas lutas a travar e obstáculos a percorrer, principalmente por propor uma reforma à igreja católica que ataca o capitalismo irrestrito, instando líderes globais a combaterem a pobreza e a desigualdade.

É importante ficarmos de olho em suas ações, pois muito ainda virá.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Marcelo. **A encíclica Laudato si' e os pobres da Terra.** In: ADITAL. <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85679&langref=PT&cat=>> acessado em 13/11/2015.

BOFF, Leonardo. **A Carta Magna da ecologia integral: grito da Terra-grito dos pobres.** In: LeornadoBoff.com. <<https://leonardoboff.wordpress.com/2015/06/18/a-carta-magna-da-ecologia-integral-grito-da-terra-grito-dos-pobres/>> acessado em 13/11/2015.

BOFF, Leonardo. **Papa Francisco: zeloso cuidador da Casa Comum.** In: LeornadoBoff.com. <<https://leonardoboff.wordpress.com/2015/07/05/papa-francisco-zeloso-cuidador-da-casa-comum/>> acessado em 13/11/2015.

CAMACHO, Ildfonso. **Doutrina Social da Igreja – Abordagem histórica.** Ed. Loyola, São Paulo, 1995.

CANUDO, Antonio. **Evangelii Gaudium. ‘Deixemo-nos evangelizar pelos pobres’.** In: ADITAL. <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=78920>> Acessado em 16/11/2015.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão Social: uma crônica do salário.** Tradução de Iraci D. Poleti. 7. Ed. Petrópolis – RJ. Vozes, 2008.

CEPAL. Vigésimo nono período de sessões Brasília. Desigualdade e assimetrias da ordem global. In: **Globalização e desenvolvimento.** Cepal, 2002.

DONADIO, Rachel. **Cardinals Pick Bergoglio, Who Will Be Pope Francis.** In: The New York Times. <http://www.nytimes.com/2013/03/14/world/europe/cardinals-elect-new-pope.html>. Acessado em: 10/11/2015.

FARRELL, Gerardo T. **La Iglesia y la cuestión social en Europa (s. XIX)Causas,**

**tendencias y soluciones.** Revista de la Facultad de Teología de la Pontificia Universidad Católica Argentina, N°. 74, 1999

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Por que se importar com a desigualdade.** vol. 45 no.4. Rio de Janeiro, 2002.

MALFATTI, Selvino Antonio. **A democracia cristã como opção aos totalitarismos europeus.** Revista Estudos Filosóficos nº 9/2012. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>. São João del-Rei-MG.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero aos nossos dias IV – A era contemporânea.** Ed. Loyola, São Paulo, 1997.

MEDEIROS, Alexandre. **Evangelii Gaudium como ênfase na práxis libertação – opção preferencial pelo pobre, economia e utopia.** 2014. 137 f. Dissertação (Pós Graduação em Ciência da Religião). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. 2014.

MEDEIROS, Marcelo. **A s teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos.** Brasília, novembro de 2003.

MILANOVIC, Branko. **Más o menos – La desigualdade Del ingreso há aumentado em lós últimos 25 años, em lugar de disminuir como se había previsto.** Finanzas & Desarrollo, 2011.

MILANOVIC, B.; LINDERT, P.; WILLIAMSON, J. **Measuring Ancient Inequality.** Economic Journal. v.121, n. 1, pp. 255-272, 2011.

MORSOLIN, Cristiano. **Encíclica do Papa: países ricos devem reconhecer sua dívida ecológica.** In: ADITAL.

<<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85699>> acessado em 13/11/2015.

OLIVEIRA, Geraldo Luiz Cardoso. **A opção pelos pobres na “Evangelii Gaudium”**. 2014.

ORIOLO, Antoni Maria. **¿Doutrina Social de La Iglesia?**. Iglesia viva: revista de pensamiento cristiano, n. 219, pp. 91-116, 204.

ROSER, Max. **Income Inequality**. Disponível em: <<http://ourworldindata.org/data/growth-and-distribution-of-prosperity/income-inequality/>>. Acessado em: 15/07/2015.

SANTA SEDE. **Biografia Do Santo Padre Francisco**. In: La Santa Sede. <<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/biography/documents/papa-francesco-biografia-bergoglio.html>> acessado em: 10/11/2015.

SUNG, Jung Mo. **A irracionalidade idolátrica do mundo: a novidade do “Alegria do Evangelho”**. In: ADITAL - <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79962>> acessado em: 13/11/2015.

WILLIAMS, Ava Renarda; HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima; LEITE, Izildo Corrêa. Uma breve viagem pela história da pobreza: condições de vida, representações e formas de intervenção. In: **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano** Vitória – ES, 2013.